

## **A formação da Assembléia Popular na Bolívia (1971)**

Everaldo de Oliveira Andrade

A Assembléia Popular constituiu-se na Bolívia durante o governo do general Juan José Torres (outubro de 1970 a agosto de 1971). A Assembléia Popular foi uma tentativa do movimento sindical, operário e popular boliviano de constituir um órgão de poder próprio e alternativo às instituições políticas de governo oficiais. Pretendemos resgatar no período histórico anterior, que remonta à revolução boliviana de 1952, as experiências e caminhos que levaram à formação da Assembléia Popular.

### **Antecedentes: desde a revolução de 1952**

A Assembléia Popular de 1971 não foi um caso inédito na história. Se fizéssemos uma retrospectiva geral sobre a história dos movimentos políticos sociais, não poderíamos deixar de mencionar e analisar entre outros o significado da Comuna de Paris de 1871 e a experiência dos conselhos de operários, soldados e camponeses durante a revolução russa de 1917 como referências históricas gerais. No momento, não temos a intenção de aferir até que ponto estas referências históricas mais distantes incidiram sobre o pensamento e a ação daqueles que protagonizaram a Assembléia de 1971. Nos limitaremos aos antecedentes que a própria história política e social da Bolívia nos fornece.

O evento mais marcante da história contemporânea da Bolívia e que demarcou uma nova fase foi a Revolução de 1952. A revolução boliviana de 1952 ocorreu numa conjuntura internacional de consolidação da guerra fria. Era produto de graves contradições que abalavam ao longo das décadas de 30 e 40 o estado oligárquico estruturado em torno da mineração do estanho e na exploração da massa indígena camponesa. Ao mesmo tempo, a revolução expressava o amadurecimento político de amplos setores sociais nas cidades e no campo, até então preteridos pelo estado oligárquico em crise. O surgimento durante a década de 40 de novas forças políticas como o POR (partido obrero revolucionário), o MNR (movimiento nacionalista revolucionario), o PIR (partido de la izquierda revolucionario) e a FSB (falange socialista boliviana) foram as representações políticas mais salientes deste fenômeno, que

juntamente com a consolidação da Federação Nacional dos Mineiros (FSTMB) deram uma forma irreversivelmente polarizada à vida política boliviana no princípio da década de 50.

A revolução de 1952 prolongou-se até 1964. Durante este período, o MNR, partido da pequena burguesia nacionalista, procurou conter os rumos socialistas e radicais defendidos por outros setores revolucionários. O POR, partido operário vinculado à IV Internacional, procurou utilizar sua importante influência sobre a COB (central obrera boliviana) para constituir um governo socialista. O impasse e equilíbrio de forças políticas das primeiras semanas entre o MNR e a COB foi resolvido com a constituição de um co-governo MNR-COB, o que favoreceu a estratégia do MNR de cooptar o movimento social revolucionário.

As principais transformações econômicas ocorridas como a nacionalização da grande mineração e a reforma agrária, deram-se sob forte pressão popular. Mas certamente uma das transformações mais profundas realizadas a partir da revolução deu-se com a criação de novas instituições e novas práticas para a participação permanente da sociedade na vida política nacional. O exemplo maior foi a fundação da COB, que desde o princípio de sua atuação, assumiu funções que ultrapassavam seu caráter restrito de central sindical, funcionando como centro político que passou a canalizar as principais demandas econômicas e sociais da população até então alijada de representação política. Ao mesmo tempo que a COB ocupava estas funções, no campo uma profusão de pequenos sindicatos camponeses assumiram formas representativas da auto-organização social e democrática.

Esse rico processo de participação política de massa tendeu a ampliar-se e consolidar-se nos meses seguintes à revolução de 1952, embora sofrendo crescentes restrições dos setores mais conservadores da coalizão revolucionária em torno do MNR, na medida em que rivalizavam com o legalismo das instituições políticas oficiais e se autonomizavam. No limite, o desenvolvimento desse processo iniciado com a revolução, levaria à constituição de um novo poder político no país. A reação conservadora tornou-se crescente particularmente após 1954. O exército nacional dissolvido pela insurreição popular de 1952 foi rearticulado com apoio dos EUA. As lideranças sindicais e camponeses mais destacados em sua maioria foram cooptadas pelo aparelho estatal. Crises econômicas ao longo da segunda metade da década de 50 e princípios dos anos 60 abalaram o respaldo popular ao MNR. O POR, contraponto principal da política governamental, foi quase dizimado e enfraqueceu-se por perseguições e divisões internas.

Em 1964 o MNR já havia perdido grande parte do seu apoio no movimento social. Nos preparativos para o quarto mandato presidencial do MNR que se iniciou em 1964, a

sustentação social organizada do partido concentrava-se nos meios militares e camponeses submetidos ao clientelismo estatal. A principal expressão da política de massas surgida com a revolução, a COB, distanciou-se das diretrizes dos governos do MNR.

O período de governos do MNR alçados com a revolução de 1952 terminou abruptamente com o golpe de estado em 1964 liderado pelo general Rene Barrientos, vice-presidente do país e egresso das fileiras do próprio MNR. Seu governo deu início a um período de reação violenta contra os movimentos sociais organizados. Milhares de mineiros foram demitidos e as tropas militares passaram a ocupar de forma permanente as minas, até então núcleos principais de resistência e mobilização oposicionista. A COB, sindicatos e os partidos de oposição foram postos na ilegalidade. Várias lideranças políticas foram perseguidas, exiladas ou assassinadas.

Por outro lado, essas iniciativas do novo governante apoiavam-se numa nova coalizão política formada pelos democratas cristãos e pela FSB ou falangistas (grupo boliviano de orientação fascista) mas principalmente num pacto que se estabeleceu entre os militares e as principais organizações camponesas do país nos últimos anos dos governos do MNR. O chamado pacto militar-camponês deu uma sustentação de massas aos militares, o que lhes permitiu enfrentar e neutralizar o sindicalismo mais mobilizado com relativo êxito.

Embora o exército boliviano ficasse a frente dos governos do país de forma ininterrupta até pelo menos 1978, as diretrizes políticas e ideológicas dos diferentes governos não obedeceram um único sentido. A corporação militar reconstituída após a revolução de 1952 possuía pouca rigidez ideológica e era porosa às pressões de diferentes grupos sociais. Estas características são fundamentais para entendermos o contexto em que se constituiu a Assembléia Popular em 1971.

O governo de Barrientos além de perseguir implacavelmente militantes, sindicalistas e organizações políticas, estreitou ao máximo os laços de dependência com os Estados Unidos. As áreas de mineração e petróleo nacionalizadas foram reabertas às multinacionais. Mas em abril de 1969 o general René Barrientos morreu num acidente aéreo e foi substituído por alguns meses por Luís Siles Salinas, vice-presidente civil, também logo substituído pelo general Alfredo Ovando, chefe do estado-maior.

#### Militares nacionalistas e as influências internacionais

Embora a Bolívia seguisse nas mãos dos setores militares, entre Barrientos e Ovando operou-se uma mudança marcante nas diretrizes governamentais. Para a plena compreensão

desta questão, não podemos ignorar a influência dos países vizinhos à Bolívia. A situação política no Chile e no Peru neste período certamente não pode ser descartada. O Chile preparava-se para os três anos de governo de Salvador Allende. Mas o Peru certamente aproximava-se mais da situação boliviana. As relações entre o governo Ovando e setores nacionalistas do exército boliviano com o governo de Juan Velasco Alvarado no Peru ainda não foram totalmente esclarecidas, mas a proximidade de suas ações era evidente. Velasco Alvarado chegou ao poder no Peru a partir de um golpe em 3 de outubro de 1968, instituindo-se o Governo Revolucionário das Forças Armadas. As primeiras medidas do governo possuíam um claro direcionamento anti-oligárquico, reformista e nacionalista. Avaliavam que o Peru precisava corrigir sua situação de dependência externa fortalecendo a capacidade industrial do Estado. Dias depois do golpe a exploração de petróleo foi nacionalizada e em junho de 1969 decretou-se uma reforma agrária. O governo peruano procurou ter uma política externa independente da esfera dos EUA<sup>1</sup>. A perspectiva nacionalista de uma modernização capitalista forçada aliada ao controle militar da sociedade, certamente influenciou o grupo de militares bolivianos nacionalistas. Os detalhes destas relações entre militares peruanos e bolivianos e mesmo em que medida a situação política chilena influenciaram a Bolívia, são ainda páginas abertas para a história escrever.

Juan José Torres, chefe do estado-maior do novo governo boliviano, era visto como líder da facção nacionalista dentro do exército boliviano. Redigiu o manifesto inicial do governo Ovando, que afirmava uma clara diretriz nacionalista: “*na luta pela justiça social pela grandeza da pátria e pela autêntica independência nacional*”; o manifesto defendia claramente um “*modelo revolucionário nacionalista*”. Ovando procurou se mostrar continuador dos ideais da revolução de 1952 e comparou seu regime ao de Velasco. No entanto, a coesão ideológica atingida por Velasco ao implantar seu projeto a partir do exército, jamais foi atingida no caso boliviano.

O governo Ovando buscou implementar uma diretriz de governo próxima do reformismo social moderado, complementado por uma tentativa de política externa mais independente da esfera norte-americana. Restabeleceu relações diplomáticas com a URSS e diversos países do Leste Europeu. Nacionalizou a Gulf Oil Co., revogou o Código de Petróleo de 1955 que permitia a exploração de jazidas nacionais por empresas estrangeiras, restabeleceu o monopólio do Banco Mineiro sobre a venda de minérios. Estas medidas

---

<sup>1</sup> COTLER, Julio. “Peru: estado oligárquico e reformismo militar”, IN: P. G. Casanova (org.) - América Latina, história de meio século, vol. 2, Brasília, UNB, s/d.

contrariavam diretamente interesses norte-americanos no país. No campo político, permitiu o retorno de uma série de lideranças políticas exiladas, legalizou a COB - que conseguiu realizar seu 4º Congresso Nacional em 1º de maio de 1970 - e a Federação dos Mineiros, proscritos desde 1964.

O 4º congresso da COB teve um importante papel na reorientação da mobilização social contra os governos militares. Contra a orientação dos comunistas do PCB de apoio crítico ao governo nacionalista, foi majoritária a tese dos trotsquistas do POR de que deveria-se buscar a união das forças populares anti-imperialistas para realizar as tarefas democráticas e socialistas da revolução. Além disso foi destacada a necessidade do movimento operário agir com total independência das forças da burguesia. Como produto destes debates acordou-se a proposta de se constituir um “Comando Político da COB e do Povo”, que englobasse partidos de esquerda, sindicatos e a própria COB como a direção política de todo o movimento popular. Esta proposta abriu o caminho para a unidade e aceleração das mobilizações contra a ditadura militar de Ovando<sup>2</sup>.

No entanto, ao mesmo tempo que foi dado um pequeno fôlego que permitiu reanimar a vida política e as organizações sociais do país, a corporação militar seguia exercendo o monopólio do poder político nacional. Este quadro ficou claro quando um foco guerrilheiro surgiu na região de Teoponte em julho de 1970, resultando na morte de praticamente todos os seus integrantes. Este fato reacendeu divergências no interior do exército sobre o que seriam os rumos demasiadamente democráticos do regime. Ovando foi acusado por setores militares rivais de facilitar a organização de grupos subversivos. Em princípios de outubro de 1970 o general Rogério Miranda tentou expressar o descontentamento destes militares e articulou um golpe contra Ovando, sem no entanto conseguir apoio majoritário do exército. Seguiu-se uma disputa entre diferentes grupos militares. Durante os dias 4,5 e 6 de outubro houve grande indefinição no exército. Ovando e Miranda chegaram a um acordo de constituir uma Junta Militar com três outros militares para chefiar o governo. No entanto o Comando Político formado pela COB reagiu e convocou uma greve geral para o dia 7 de outubro contra a Junta Militar.

---

<sup>2</sup> DUNKERLEY, James. *Rebelión en las venas*, La Paz, Quipus, 1987, pp. 168-169, pp. 148-149 e Guillermo Lora - *Contribución a la historia política de Bolivia*, vol 2, La Paz, Ed. ISLA, pp. 449-454.

### **Juan José Torres chega ao poder com a ajuda da COB**

Em 6 de outubro de 1970 o general Ovando, o general Miranda e os membros da recentíssima Junta Militar foram varridos pelo movimento social. Divididos, os diferentes setores não puderam impedir o general Juan José Torres de se apoiar na COB para tomar o palácio presidencial. As disputas internas no aparelho militar não forneciam base de apoio sólida para o novo governante, e levaram Torres a buscar consolidar um apoio político mais sólido nos setores populares rearticulados no período de governo do general Ovando. A greve geral chamada pelo comando político da COB foi assim decisiva para anular os outros setores golpistas e consolidar o governo Torres.

O novo governo abriu caminho num terreno extremamente instável politicamente. Os militares estavam divididos, expressão das inconsistências de um projeto político coeso da corporação militar que dirigia o país. Numa situação onde as instituições políticas oficiais da democracia (legislativo, judiciário) permaneciam paralisadas, ganharam relevância as iniciativas do movimento operário e popular. Dessa maneira, o posicionamento oficial da COB em relação ao governo Torres ganhou importância decisiva para a própria sobrevivência do novo governo. Torres ofereceu inicialmente um quarto do ministério do novo governo à central sindical e depois aumentou a oferta para metade dos ministérios. Certamente vivia-se uma situação quase inusitada de um governo militar desdobrando-se para conseguir apoio e participação do movimento operário de esquerda em seu governo. No dia 8 de outubro a COB debateu a proposta de integrar o governo Torres. Os debates foram longos e acalorados. No centro da discussão estava a própria estratégia traçada pelo último congresso sindical. A COB atuaria como polo de um movimento político independente ou atuaria como suporte político de um governo militar de traços nacionalistas e fragilizado. A solução encontrada foi de compromisso e na prática anulou qualquer possibilidade de integração ao governo. A COB aceitava a proposta de metade dos ministérios, mas indicando nomes de dirigentes secundários que seriam delegados do Comando Político. Torres retirou sua proposta prevendo uma desmoralização ainda maior de seu governo. Como contraproposta a COB ofereceu seu apoio militante.

Os primeiros passos para a constituição do que viria a ser a Assembléia Popular foram dados quando a COB propôs a constituição de um “Comando Político da COB e do Povo” em outubro de 1970, logo após a subida de Torres ao poder de estado. Deste “Comando Político” participavam intelectuais, estudantes, representantes de sindicatos, entidades populares e

vários partidos políticos. O país passava por uma fase de aguda desestabilização institucional, que permanecia no interior da própria corporação militar. O governo Torres expressava um equilíbrio extremo de forças políticas, permitindo um reaglutinamento político tanto à esquerda quanto à direita dos espectro político boliviano. Assim, ao mesmo tempo que os partidos de esquerda, sindicatos e o movimento popular em geral desenvolviam seu Comando Político, os militares golpistas derrotados por Torres e partidos de direita preparavam novas iniciativas.

Em 10 de janeiro de 1971 esse setor do exército insatisfeito com as iniciativas e a orientação geral de governo do general Torres, liderados pelo então coronel Hugo Banzer, protagonizaram um novo golpe militar. Uma rápida ação dos movimentos sociais que vinham prestando apoio a Torres permitiu debelar rapidamente os golpistas. A mobilização dos mineiros e greve geral decretada pelo Comando Político derrotaram o golpe. Torres, cumprindo sua função de árbitro político, não condenou severamente os golpistas, permitindo que continuassem articulados. Ao mesmo tempo viu-se ainda mais comprometido com a COB, e foi pressionado por esta situação que decretou a nacionalização da mina Matilde de capital norte-americano em abril. O nacionalismo de Torres não possuía grande organicidade, era expressão da pressão permanente e ofensiva do movimento social e das divisões no interior do exército boliviano.

O principal resultado político do golpe fracassado foi acelerar a criação da Assembléia Popular. No dia 15 de janeiro de 1971 o Comando Político apresentou a proposta de se constituir uma Assembléia Popular que procurasse partir da experiência da COB durante a revolução de 1952 e fosse um anteparo às agressões golpistas. A AP deveria ser um “órgão independente do poder popular”. O Comando Político se auto-proclamou Assembléia Popular em constituição. Podemos notar aqui que a Assembléia Popular era produto de um momento histórico particular de acentuação dos conflitos políticos internos do país, combinava ao mesmo tempo a experiência histórica recente do movimento operário e popular boliviano. Frente à proposta do Comando Político, iniciou-se por todo o país a escolha dos representantes das entidades, sindicatos e partidos que comporiam a Assembléia Popular. A proposta reordenou a vida política nacional. Torres tentou agir para cooptar a proposta e não se opor diretamente à sua organização. O POR anunciava que o Comando Político já possuía características de um soviete e que a abertura oficial da Assembléia Popular se encarregaria de consolidar estas características.

## **A abertura da Assembléia Popular**

No dia 1º de maio de 1971 a Assembléia Popular inaugurou seus trabalhos na sede do parlamento boliviano. Os 221 delegados presentes representavam diversas organizações políticas, sindicais e populares do país. Na presidência dos trabalhos instalou-se o histórico líder dos mineiros bolivianos Juan Lechín. A ênfase dos diferentes partidos e organizações em relação a AP foram muito diferentes, reflexo de prioridades táticas diversas. Uma diretriz do Comando Político procurava esclarecer quais seriam as características da iniciativa: a Assembléia Popular não poderia ser um parlamento burguês, mas um órgão do poder popular, expressão de suas reivindicações e de sua soberania política independente<sup>3</sup>.

A composição dos delegados da primeira sessão foi a seguinte:

- operários: 132 delegados
- classes médias: 53 delegados
- camponeses: 23 delegados
- representantes de partidos: 13 delegados

A Assembléia Popular iniciou propriamente seus trabalhos em 24 de junho de 1971, num período de grande turbulência política e constantes ameaças dos setores militares, embora o general Torres não interferisse nos seus trabalhos diretamente. Seu plenário foi palco de ricos debates e provavelmente seus membros soubessem que trabalhavam contra o tempo, pois permanentes boatos de conspirações e novos golpes surgiam a cada semana. Os líderes da Assembléia tentavam consolidar em poucas semanas a nova e frágil instituição. Criaram-se nove comissões de trabalho (funcionaram plenamente quatro: co-gestão, universidade operária, milícias operárias e tribunais populares). Aprovaram-se estatutos que a definiam como centro unificador do movimento anti-imperialista da Bolívia, dirigida pelo proletariado entre outros documentos. A Assembléia aprovou ainda uma resolução que dizia que caso houvesse um golpe militar, ela assumiria a direção política e militar das forças populares.

No dia 2 de julho terminou sua primeira sessão. O Comando Político reassumiu a direção política. Impulsionou-se em seguida a realização de Assembléias Populares Departamentais em várias cidades do interior da Bolívia como Cochabamba, Sucre, Tupiza, Oruro e outras. A busca dos detalhes de funcionamento destas assembléias constituem-se em etapas fundamentais a serem ainda alcançadas pelo nosso trabalho de pesquisa. À medida em



que a Assembléia se consolidava e se enraizava pelo país, cresciam alertas, conspirações e iniciativas de setores militares e civis insatisfeitos e temerosos pelos rumos que tomava a mobilização social. A segunda sessão da Assembléia Nacional estava prevista para reabrir em 7 de setembro. Até esta data estavam programadas novas Assembléias Departamentais e a ampliação e renovação das delegações.

### **A reação e o golpe militar**

O pânico se instalou em muitos círculos da sociedade boliviana que se opunham ao governo Torres e à Assembléia. Estes círculos tinham pressa em agir e temiam esperar até setembro, quando se reinstalaria a Assembléia Popular. Assim, os prazos da própria Assembléia precipitaram as ações golpistas. Em 18 de agosto de 1971 o general Hugo Banzer aliado ao MNR e à Falange Socialista, derrubou o governo Torres e fechou o caminho à Assembléia Popular, reinaugurando um longo período de perseguições à sociedade civil organizada. Provavelmente uma das principais explicações para a violência que marcou o governo militar de Hugo Banzer foi a ousadia da Assembléia Popular, da qual talvez tenha se constituído em sua contra-face.

Atualmente poucas informações estão disponíveis sobre detalhes de funcionamento, composição política e social e principais deliberações da Assembléia Nacional e das demais seções regionais. As informações que conseguimos agrupar são preliminares. É um tema pouco estudado mesmo pela historiografia boliviana, mas sua importância política tornou-se evidente na vida política do país, e hoje podemos afirmar, para a história política latino-americana. A Assembléia Popular editou documentos e declarações, ocupou editoriais e manchetes dos jornais do país, seus debates foram transmitidos por rádio e pela televisão. Dezenas de correspondentes estrangeiros desembarcaram na Bolívia para acompanhar seus trabalhos. Em relação às repercussões da Assembléia Popular no contexto boliviano e internacional, o historiador inglês James Dunkerley afirmou:

*“(...) ainda que as deliberações da assembléia fossem breves e em alguns sentidos inconclusas, era evidente que provocavam um movimento nacional de grande ímpeto e representavam uma ameaça direta não só para um governo sumamente frágil, senão para todo o sistema social do país. O grande número de correspondentes estrangeiros que havia chegado a La Paz para cobrir a notícia sobre a assembléia, transmitiu uma versão similar à imprensa estrangeira”<sup>4</sup>.*

---

<sup>3</sup> COB (Central Obrera Boliviana) – “Bases para la constitución de la Asamblea Popular”, In: Temas Sociales, La Paz, junho de 1971.

<sup>4</sup> James Dunkerley - op cit, p. 168-169.

Muitos no seu espanto ou talvez entusiasmo, provavelmente tiraram conclusões apressadas como o embaixador norte-americano que afirmou tratar-se do “*primeiro soviete da América Latina*” ou jornalistas franceses que compararam a Assembléia Popular à sua emblemática Comuna de Paris. Salvador Allende chegou mesmo a declarar nos seus momentos de entusiasmo que o Chile também constituiria sua Assembléia Popular<sup>5</sup>.

O resgate histórico da experiência da Assembléia Popular remete para um tema atual que diz respeito às deficiências e distorções das instituições oficiais de representação política dos países latino-americanos. Sob a fachada de democracias, prosperam sistemas políticos corruptos, distorcidos e distantes das aspirações das maiorias nacionais. Sistemas políticos que expressem uma verdadeira democracia, produto da soberania popular, são objetivos que ainda precisam ser alcançados. Provavelmente a Assembléia Popular foi uma experiência inédita de poder paralelo e alternativo na América e, neste sentido, uma possibilidade que não se pode apagar.

---

<sup>5</sup> CAJÍAS, Lupe. Juan Lechín- historia de una leyenda. La Paz, Amigos del Libro, 1994, p. 329-332.